

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.656.659.368
Preferenciais	0
Total	1.656.659.368
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.300.045	1.368.432
1.01	Ativo Circulante	185.549	234.518
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.484	78.726
1.01.02	Aplicações Financeiras	112.368	131.043
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	112.368	131.043
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	103.934	86.430
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	8.434	44.613
1.01.03	Contas a Receber	18.515	15.154
1.01.03.01	Clientes	18.515	15.154
1.01.03.01.01	Contas a Receber	18.515	15.154
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.235	7.227
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.235	7.227
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	8.235	7.227
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.733	2.164
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.733	2.164
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	214	204
1.01.08.03	Outros	214	204
1.01.08.03.02	Outros Créditos	214	204
1.02	Ativo Não Circulante	1.114.496	1.133.914
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	93.604	93.945
1.02.01.04	Contas a Receber	58	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	58	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	88.778	88.778
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	88.778	88.778
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.042	1.195
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.726	3.972
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.726	3.972
1.02.03	Imobilizado	10.235	13.162
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	676	768
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.559	12.394
1.02.04	Intangível	1.010.657	1.026.807
1.02.04.01	Intangíveis	1.010.657	1.026.807
1.02.04.01.02	Intangível	964.371	980.054
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	46.286	46.753

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.300.045	1.368.432
2.01	Passivo Circulante	146.997	164.717
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.394	3.117
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.394	3.117
2.01.02	Fornecedores	11.321	16.168
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.321	16.168
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.286	3.457
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.286	3.457
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	3.286	3.457
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	86.976	104.638
2.01.04.02	Debêntures	86.976	104.638
2.01.05	Outras Obrigações	16.077	21.001
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.999	9.011
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.999	9.011
2.01.05.02	Outros	8.078	11.990
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.376	2.928
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	0	1.033
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	425	415
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	5.277	7.614
2.01.06	Provisões	25.943	16.336
2.01.06.02	Outras Provisões	25.943	16.336
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	25.943	16.336
2.02	Passivo Não Circulante	780.549	813.815
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	454.624	494.744
2.02.01.02	Debêntures	454.624	494.744
2.02.02	Outras Obrigações	295.135	285.150
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.335	260.580
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	269.335	260.580
2.02.02.02	Outros	25.800	24.570
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	20.011	18.466
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	5.789	6.104
2.02.04	Provisões	30.790	33.921
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.880	4.754
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	3.880	4.754
2.02.04.02	Outras Provisões	26.910	29.167
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	26.910	29.167
2.03	Patrimônio Líquido	372.499	389.900
2.03.01	Capital Social Realizado	849.584	849.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-477.085	-459.684

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	91.553	96.393
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	74.015	72.396
3.01.02	Receita de serviços de construção	17.538	23.997
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-79.286	-85.109
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-61.748	-61.112
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-17.538	-23.997
3.03	Resultado Bruto	12.267	11.284
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.044	-3.729
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.149	-3.824
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-4.149	-3.824
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	105	95
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.223	7.555
3.06	Resultado Financeiro	-25.624	-24.937
3.06.01	Receitas Financeiras	7.018	7.887
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.018	7.887
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.642	-32.824
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-32.642	-32.824
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.401	-17.382
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.401	-17.382
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.401	-17.382
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0101	-0,0101
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,0101	-0,0101

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.401	-17.382
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.401	-17.382

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.478	11.361
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	55.428	61.196
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-17.401	-17.382
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	37.716	34.054
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	-76	0
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-6.942	-674
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	10.300	7.872
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	20.226	23.167
6.01.01.14	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.281	1.172
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	841	550
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	0	3
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	9.483	12.434
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-47.950	-49.835
6.01.02.01	Contas a receber	-3.285	-3.868
6.01.02.04	Despesas antecipadas	584	366
6.01.02.05	Impostos a recuperar	222	-827
6.01.02.06	Outros créditos	-10	-25
6.01.02.07	Depósitos judiciais	246	0
6.01.02.08	Outras contas a receber	-58	0
6.01.02.09	Fornecedores	-4.617	907
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-308	-658
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-386	-63
6.01.02.12	Obrigações sociais	277	234
6.01.02.13	Obrigações fiscais	344	362
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	10	11
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.715	-240
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-2.990	-11.849
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	-2.607	406
6.01.02.19	Pagamento de juros	-32.624	-33.964
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-1.033	-627
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.114	-2.966
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-20.273	-27.403
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-37.402	-20.360
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	73.954	34.315
6.02.10	Aplicação Financeira	-12.165	10.482
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-45.834	-1.997
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-2.084	-1.997
6.03.15	Pagamentos Debêntures - principal	-43.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.242	6.398
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	78.726	210.539
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44.484	216.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	849.584	0	0	-459.684	0	389.900
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	849.584	0	0	-459.684	0	389.900
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.401	0	-17.401
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.401	0	-17.401
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	849.584	0	0	-477.085	0	372.499

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.382	0	-17.382
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.382	0	-17.382
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-620.022	0	479.562

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	99.638	105.740
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	79.899	79.020
7.01.02	Outras Receitas	19.739	26.720
7.01.02.01	Receita de serviços de construção	17.538	23.997
7.01.02.02	Outras receitas	1.228	390
7.01.02.03	Juros capitalizados	973	2.333
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-38.277	-48.075
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.052	-6.740
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.877	-2.073
7.02.04	Outros	-30.348	-39.262
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-17.538	-23.997
7.02.04.02	Custo da concessão	-2.050	-1.808
7.02.04.03	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-9.483	-12.434
7.02.04.04	Outros	-1.277	-1.023
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.361	57.665
7.04	Retenções	-37.716	-34.054
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.716	-34.054
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.645	23.611
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.018	7.887
7.06.02	Receitas Financeiras	7.018	7.887
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	30.663	31.498
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.663	31.498
7.08.01	Pessoal	7.429	6.837
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.511	5.075
7.08.01.02	Benefícios	1.576	1.426
7.08.01.03	F.G.T.S.	342	336
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.036	6.896
7.08.02.01	Federais	3.019	2.927
7.08.02.02	Estaduais	14	8
7.08.02.03	Municipais	4.003	3.961
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.299	27.275
7.08.03.01	Juros	20.226	23.167
7.08.03.02	Aluguéis	49	26
7.08.03.03	Outras	3.024	4.082
7.08.03.03.02	Juros capitalizados debêntures	973	2.333
7.08.03.03.04	Outras	2.051	1.749
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.401	-17.382
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.401	-17.382
7.08.05	Outros	10.300	7.872
7.08.05.01	Juros - debêntures privadas	10.300	7.872

Comentário do Desempenho

Release de Resultados 1T26

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 14 de maio de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026 (“1T26”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis, não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

INTRODUÇÃO

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 412,7 km da Rodovia BR-116, conectando Curitiba (PR) à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033.

A malha viária sob gestão da Companhia atravessa 18 municípios nos estados do Paraná e Santa Catarina, desempenhando papel estratégico no escoamento da produção agrícola da região Sul e na ligação entre o Sudeste e o interior dos estados de SC e RS. A operação conta com 5 praças de pedágio em funcionamento e é marcada por um perfil logístico robusto, com predominância de veículos pesados (cerca de 71%), refletindo a vocação da rodovia para o transporte de cargas.

A Companhia realiza atividades de restauração, modernização, monitoramento, manutenção e operação da rodovia, além de prestar serviços de atendimento aos usuários e emergências. A infraestrutura inclui bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), passarelas, pontos de ônibus cobertos e sistemas tecnológicos de controle e comunicação de tráfego. A previsibilidade contratual, aliada à relevância logística da concessão, sustenta a geração de valor e reforça a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou **9,2 milhões de veículos equivalentes**, redução de 2,4% em relação ao 1T25. O tráfego foi representado pelo *mix* de **75,0%** de veículos pesados, e **25,0%** de veículos leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 80,0 milhões** no 1T26, crescimento de **1,1%** quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem Ajustada

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 55,4 milhões** no 1T26, acréscimo de **2,6%**, com margem de **74,9%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T26	1T25	Δ%
Total	9.183	9.406	(2,4%)
Leves	2.293	2.280	0,6%
Pesados	6.891	7.127	(3,3%)

A Planalto Sul registrou 9,2 milhões de veículos equivalentes no 1T26, representando um decréscimo de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução foi observada principalmente no segmento de veículos pesados, que apresentou queda de 3,3%, parcialmente compensada pelo crescimento de 0,6% nos veículos leves. A redução do tráfego de veículos pesados está associada a eventos macroeconômicos, bem como ao excesso de chuvas, que ocasionou interdições pontuais nas rodovias e prejudicou a colheita da soja.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	1T26	1T25	Δ%
Tarifa Média	8,70	8,40	3,6%

A tarifa média do 1T26 foi de R\$ 8,70, crescimento de 3,6% em relação ao 1T25, decorrente do reajuste tarifário, aplicado em dez/25 baseado no IPCA.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Receita Bruta	98.560	103.314	(4,6%)
Receitas de pedágio	79.899	79.020	1,1%
Receitas de construção	17.538	23.997	(26,9%)
Outras receitas	1.123	297	278,1%
Deduções	(7.007)	(6.921)	1,2%
Receita Operacional Líquida	91.553	96.393	(5,0%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	74.015	72.396	2,2%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita de pedágio atingiu R\$ 80,0 milhões no 1T26, aumento de 1,1% frente ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo reajuste tarifário, mesmo diante da redução do tráfego.

Comentário do Desempenho



Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 17,6 milhões no 1T26, redução de 26,9% em relação ao 1T25. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias somaram R\$ 1,1 milhões no 1T26, aumento absoluto de R\$ 0,8 milhões com relação ao mesmo período do ano anterior. A variação decorre, principalmente, por uma receita não recorrente (one-off), decorrente de acordo extrajudicial com empresa do setor de infraestrutura.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(18.593)	(18.353)	1,3%
Pessoal	(7.430)	(6.838)	8,7%
Conservação	(2.325)	(2.235)	4,0%
Serviços de terceiros	(3.998)	(4.765)	(16,1%)
Seguros e garantias	(658)	(589)	11,7%
Verba de fiscalização	(1.276)	(1.221)	4,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(841)	(550)	52,9%
Outros	(2.065)	(2.155)	(4,2%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(64.737)	(70.485)	(8,2%)
Custos de construção	(17.538)	(23.997)	(26,9%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(9.483)	(12.434)	(23,7%)
Depreciação e amortização	(37.716)	(34.054)	10,8%
Custos e Despesas Operacionais	(83.330)	(88.838)	(6,2%)

No 1T26, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 83,3 milhões, redução de 6,2% em relação ao 1T25. A retração está associada, principalmente, à menor contabilização de custos dos serviços de construção — item não caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa (custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação/amortização), os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 18,6 milhões no 1T26, aumento de 1,3% frente ao mesmo período do ano anterior.

As principais variações no período foram:

- Pessoal: aumento de 8,7% no comparativo trimestral, refletindo, principalmente, os reajustes de dissídio e plano de saúde.
- Serviços de terceiros: redução de 16,1% em relação ao 1T25, em função, principalmente, da menor demanda de serviços operacionais no período.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: aumento de 52,9%, decorrente de maiores desembolsos relacionados a processos e contingências.
- Seguros e garantias e verba de fiscalização: crescimento combinado de 7,0%, acompanhando a atualização contratual e inflacionária dos respectivos contratos.

O aumento de 1,3% dos custos e despesas caixa no período reflete, principalmente, maiores despesas com pessoal e contingências, parcialmente compensadas pela redução em serviços de terceiros e outras despesas operacionais.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(17.401)	(17.382)	0,1%
(+) Resultado financeiro	25.624	24.937	2,8%
(+) Depreciação e amortização	37.716	34.054	10,8%
EBITDA¹	45.939	41.609	10,4%
Margem EBITDA ²	62,1%	57,5%	4,6 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	9.483	12.434	(23,7%)
EBITDA Ajustado³	55.422	54.043	2,6%
Margem EBITDA Ajustada ²	74,9%	74,6%	0,2 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia totalizou R\$ 46,0 milhões no 1T26, representando um crescimento de 10,4% em relação ao 1T25. A margem EBITDA foi de 62,1%, com avanço de 4,6 p.p. na comparação com mesmo período do ano anterior.

O EBITDA Ajustado, que desconsidera a provisão para manutenção de rodovias, somou R\$ 55,4 milhões no 1T26, crescimento de 2,6% e margem ajustada de 74,9% (+0,2 p.p.). O desempenho reflete a combinação entre o crescimento da receita operacional e o controle de custos e despesas operacionais.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Depreciação e Amortização	(37.716)	(34.054)	10,8%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 37,7 milhões no 1T26, incremento de 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a atualização da base de ativos imobilizados e intangíveis, em linha com os investimentos realizados.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(25.624)	(24.937)	2,8%
Receitas financeiras	7.018	7.887	(11,0%)
Despesas financeiras	(32.642)	(32.824)	(0,6%)
Variação cambial, líq.	-	-	-

O resultado financeiro da Companhia foi de uma despesa líquida de R\$ 25,6 milhões no 1T26, aumento de 2,8% em relação ao 1T25. A variação reflete, principalmente, a redução de 11,0% das receitas financeiras, parcialmente compensada pela redução de 0,6% das despesas financeiras no período.

As receitas financeiras totalizaram R\$ 7,0 milhões no 1T26, impactadas, principalmente, pelo menor rendimento das aplicações financeiras no comparativo anual. Já as despesas financeiras permaneceram

Comentário do Desempenho

praticamente estáveis, somando R\$ 32,6 milhões, refletindo o comportamento dos indexadores das dívidas da Companhia, em especial CDI e IPCA, além do perfil de endividamento mantido no período.

A variação cambial líquida registrou valores irrisórios nos períodos analisados, sem impacto adicional sobre o resultado financeiro.

IR e CSLL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
IR e CSLL	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-

A Companhia não registrou despesas com IR e CSLL, correntes ou diferidos, no 1T26, permanecendo em linha com o 1T25.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Líquido	(17.401)	(17.382)	0,1%

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 17,4 milhões no 1T26, em linha com o resultado apurado no 1T25, apresentando variação de 0,1% no comparativo anual.

O desempenho do período reflete, principalmente, o crescimento da receita de pedágio, impulsionado pelo reajuste tarifário, parcialmente compensado pelo impacto do resultado financeiro e pelo aumento das despesas de depreciação e amortização. Apesar do EBITDA positivo no período, o resultado líquido da Companhia permanece pressionado pelos efeitos das despesas financeiras e dos itens não caixa relacionados à concessão.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T26	4T25	Δ%
Dívida Bruta	541.600	599.382	(9,6%)
Curto Prazo	86.976	104.638	(16,9%)
Longo Prazo	454.624	494.744	(8,1%)
Disponibilidades	156.852	209.769	(25,2%)
Caixa e equivalentes de caixa	148.418	165.156	(10,1%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	8.434	44.613	(81,1%)
Dívida Líquida	384.748	389.613	(1,2%)

1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 541,6 milhões no 1T26, redução de 9,6% em relação ao 1T25. A maior parte das obrigações está concentrada no longo prazo, reflexo do reperfilamento da dívida realizado através da 12ª emissão de debêntures, emitida no 1T24.

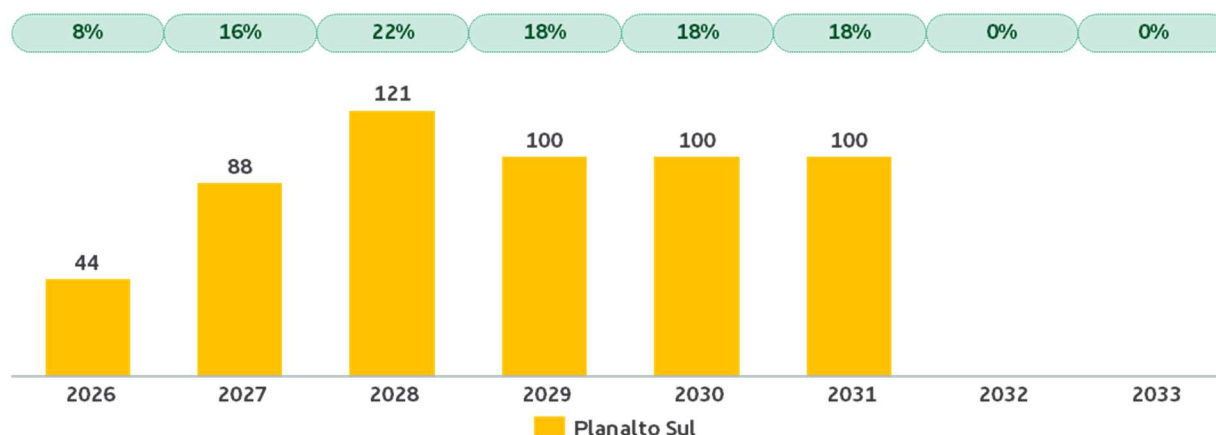
A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 156,9 milhões, redução de 25,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com isso, a dívida líquida é de R\$ 384,7 milhões no 1T26, queda de 1,2% frente ao 4T25, reforçando a disciplina financeira e a gestão eficiente da estrutura de capital.

Comentário do Desempenho

**Aging* da Dívida – março de 2026**

*Não considera custos de transação

No 1T26, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 12ª Emissão de Debêntures.

**INVESTIMENTOS REALIZADOS**

R\$ Mil	1T26	1T25	Δ%
Investimentos	26.483	38.522	(31,3%)

No 1T26, os investimentos totalizaram R\$ 26,5 milhões, redução de 31,3% em relação ao 1T25. O desempenho reflete, principalmente, a menor execução de obras e atividades operacionais no período, em linha com o planejamento e o cronograma dos contratos de concessão.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 - 2033
Melhorias na infraestrutura	814.398
Recuperações/manutenções	192.482
Total	1.006.880

*Base Monetária: março/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Rio Negro, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 e relatório do auditor independente.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.484	78.726	Debêntures	12	86.976	104.638
Aplicações financeiras	5	103.934	86.430	Fornecedores	13	11.321	16.168
Contas a receber	6	18.515	15.154	Arrendamento mercantil a pagar	14	5.277	7.614
Despesas antecipadas		1.733	2.164	Obrigações sociais		3.394	3.117
Impostos a recuperar		8.235	7.227	Obrigações fiscais		3.286	3.457
Aplicações financeiras vinculadas	8	8.434	44.613	Contas a pagar - partes relacionadas	15	7.999	9.011
Outros créditos		214	204	Cauções contratuais	13	2.376	2.928
Total do ativo circulante		185.549	234.518	Taxa de fiscalização		425	415
				Provisão para manutenção em rodovias	17	25.943	16.336
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		-	1.033
Despesas antecipadas		1.042	1.195	Total do passivo circulante		146.997	164.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	88.778	88.778				
Depósitos judiciais	17	3.726	3.972	NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	6	58	-	Debêntures	12	454.624	494.744
Total do ativo realizável a longo prazo		93.604	93.945	Arrendamento mercantil a pagar	14	5.789	6.104
				Obrigações fiscais		20.011	18.466
Direito de uso	9	9.559	12.394	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	269.335	260.580
Imobilizado	10	676	768	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	3.880	4.754
Intangível	11	964.371	980.054	Provisão para manutenção em rodovias	17	26.910	29.167
Infraestrutura em construção	11	46.286	46.753	Total do passivo não circulante		780.549	813.815
Total do ativo não circulante		1.114.496	1.133.914	TOTAL DO PASSIVO		927.546	978.532
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	849.584	849.584
				Prejuízos acumulados		(477.085)	(459.684)
				Total do patrimônio líquido		372.499	389.900
TOTAL DO ATIVO		1.300.045	1.368.432	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.300.045	1.368.432

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	91.553	96.393
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(79.286)	(85.109)
LUCRO BRUTO		12.267	11.284
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(4.147)	(3.824)
Provisão para perdas esperadas	20	(2)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		105	95
		(4.044)	(3.729)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		8.223	7.555
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	7.018	7.887
Despesas financeiras	21	(32.642)	(32.824)
Variação cambial, líquida		-	-
		(25.624)	(24.937)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(17.401)	(17.382)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	-	-
Diferidos	7	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(17.401)	(17.382)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	(0,0101)	(0,0101)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	31.03.2026	31.03.2025
PREJUÍZO DO PERÍODO	(17.401)	(17.382)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(17.401)	(17.382)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(602.640)	496.944
Prejuízo do período	-	-	-	(17.382)	(17.382)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025	1.128.034	(28.450)	1.099.584	(620.022)	479.562
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	878.034	(28.450)	849.584	(459.684)	389.900
Prejuízo do período	-	-	-	(17.401)	(17.401)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026	878.034	(28.450)	849.584	(477.085)	372.499

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(17.401)	(17.382)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		37.716	34.054
Provisão para perdas esperadas		(76)	-
Rendimentos com aplicações financeiras	21	(6.942)	(674)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	15	10.300	7.872
Juros e variações monetárias de debêntures		20.226	23.167
Despesas financeira dos ajustes a valor presente		1.281	1.172
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	841	550
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	-	3
Constituição de provisão para manutenção	17	9.483	12.434
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.285)	(3.868)
Despesas antecipadas		584	366
Impostos a recuperar		222	(827)
Outros créditos		(10)	(25)
Depósitos judiciais		246	-
Outras contas a receber		(58)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(4.617)	907
Fornecedores - partes relacionadas		(308)	(658)
Cauções contratuais de fornecedores		(386)	(63)
Obrigações sociais		277	234
Obrigações fiscais		344	362
Utilização provisão de manutenção	17	(2.990)	(11.849)
Riscos cíveis trabalhistas e regulatórios		(1.715)	(240)
Taxa de Fiscalização		10	11
Custo de transação - empréstimo		(2.607)	406
Outras contas a pagar		(1.033)	(627)
Caixa proveniente das operações		40.102	45.325
Pagamento de juros	12	(32.624)	(33.964)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		7.478	11.361
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do intangível	22	(20.273)	(27.403)
Aplicação financeira vinculada		(37.402)	(20.360)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		73.954	34.315
Aplicação financeira		(12.165)	10.482
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		4.114	(2.966)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	14	(2.084)	(1.997)
Pagamentos de debêntures - principal	12	(43.750)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(45.834)	(1.997)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(34.242)	6.398
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		78.726	210.539
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		44.484	216.937

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	19	79.899	79.020
Receita de serviços de construção	19	17.538	23.997
Outras receitas		1.228	390
Juros capitalizados	21	973	2.333
		<u>99.638</u>	<u>105.740</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(6.052)	(6.740)
Custo dos serviços de construção	20	(17.538)	(23.997)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.877)	(2.073)
Custo da concessão		(2.050)	(1.808)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(9.483)	(12.434)
Outros		(1.277)	(1.023)
		<u>(38.277)</u>	<u>(48.075)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>61.361</u>	<u>57.665</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		<u>(37.716)</u>	<u>(34.054)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>23.645</u>	<u>23.611</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	7.018	7.887
		<u>7.018</u>	<u>7.887</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>30.663</u></u>	<u><u>31.498</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		5.511	5.075
Benefícios		1.576	1.426
FGTS		342	336
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		3.019	2.927
Estaduais		14	8
Municipais		4.003	3.961
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		20.226	23.167
Juros capitalizados debêntures		973	2.333
Juros - debêntures privadas		10.300	7.872
Aluguéis		49	26
Outras		2.051	1.749
Prejuízo do período		(17.401)	(17.382)
		<u><u>30.663</u></u>	<u><u>31.498</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicações de rodovia.
- 48,3 km de terceiras faixas.
- 13,72 km de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba – PR.
- Construção de onze passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais - BSO's.
- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

Notas Explicativas

a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de março de 2026 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$12.768 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima, em 31 de março de 2026, o montante de R\$814.398 (R\$829.216 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$192.482 (R\$209.055 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 31 de março de 2026, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

No período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de março de 2026, não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*, observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A elaboração segue, também, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Sociedade.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026.

A Sociedade continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

4.2 Novas normas e interpretações

Notas Explicativas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Sociedade, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a

Notas Explicativas

maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há

Notas Explicativas

requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	31.03.2026	31.12.2025
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e contas bancárias	443	718
Fundos de investimentos (a)	44.041	78.008
Total	44.484	78.726
	31.03.2026	31.12.2025
<u>Aplicações financeiras</u>		
Fundos de investimentos (b)	103.934	86.430
Total	103.934	86.430

(a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,80% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,96% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissadas, LF, LTN-Over e NTN-B, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,80% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,96% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2026		31.12.2025
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Pedágio eletrônico a receber	17.828	-	14.513
Cartões de pedágio a receber (a)	419	-	289
Receitas acessórias a receber (b)	333	58	426
Outras receitas a receber	11	-	-
Provisão para perdas esperadas (c)	(76)	-	(74)
Total	18.515	58	15.154

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e linhas telefônicas.

(c) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	31.03.2026		31.12.2025
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Créditos a vencer	18.515	58	15.154
Créditos vencidos há mais de 180 dias	76	-	74
	18.591	58	15.228

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.401)	(17.382)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.916	5.910
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(59)	(47)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(5.857)	(5.863)
Total	-	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	-	-
Diferido	-	-
	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2026	31.12.2025
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	769.430	759.207
Provisão de participação nos lucros	1.139	909
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	3.880	4.754
Outras provisões	(63)	170
Provisão para manutenção de rodovias	52.853	45.503
Arrendamentos	1.662	1.479
Provisão para perdas esperadas	76	74
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(41)	(40)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	829.002	812.122
Alíquota nominal	34%	34%
Total	281.861	276.121
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	15.570	15.224
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(9.573)	(9.919)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(3.255)	(3.372)
Total do imposto de renda e contribuição social	278.606	272.749
Impostos diferidos não constituído	189.828	183.971
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	88.778	88.778

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*).

Notas Explicativas

b) Refere-se às provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.

c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	10.223	14.417
Provisão de participação nos lucros	230	228
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(874)	313
Outras provisões	(233)	495
Provisão para manutenção de rodovias	7.350	1.556
Arrendamentos	183	(111)
Provisão para perdas esperadas	2	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	346	346
Base de cálculo diferenças temporárias	17.227	17.244
Alíquota nominal	34%	34%
Total	5.857	5.863
Composição dos impostos:		
Impostos diferidos não constituídos	5.857	5.863
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	5.857	5.863

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2027	12.379
2028	3.551
2029	10.839
2030	16.274
Após 2030	45.735
	88.778

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicação financeira vinculada no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referente a debêntures. A seguir breve descrição dessa obrigação:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de março de 2026 o saldo é de R\$8.434, aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 100,1% a.a. (R\$44.613 e 98,9% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2025	11.999	6.911	1.533	29.079	41	653	50.216
Remensurações	-	-	-	50	-	-	50
Baixas	(11.999)	-	-	-	-	-	(11.999)
Saldo em 31.03.2026	-	6.911	1.533	29.129	41	653	38.267
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(11.185)	(794)	(792)	(24.506)	(37)	(508)	(37.822)
Amortização	(814)	(266)	(124)	(1.673)	(3)	(5)	(2.885)
Baixas	11.999	-	-	-	-	-	11.999
Saldo em 31.03.2026	-	(1.060)	(916)	(26.179)	(40)	(513)	(28.708)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	814	6.117	741	4.573	4	145	12.394
Saldo em 31.03.2026	-	5.851	617	2.950	1	140	9.559
Taxas de amortização - a.a.	18%	15%	14%	22%	30%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.459	2.848	1.573	20.326	30	1.242	36.478
Remensurações	-	168	-	(18)	-	-	150
Saldo em 31.03.2025	10.459	3.016	1.573	20.308	30	1.242	36.628
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(9.074)	(2.684)	(751)	(16.337)	(24)	(416)	(29.286)
Amortização	(606)	(248)	(78)	(1.724)	(4)	(25)	(2.685)
Saldo em 31.03.2025	(9.680)	(2.932)	(829)	(18.061)	(28)	(441)	(31.971)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.385	164	822	3.989	6	826	7.192
Saldo em 31.03.2025	779	84	744	2.247	2	801	4.657
Taxas de amortização - a.a.	23%	33%	20%	34%	50%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
(d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2025	538	1.361	1.823	1.126	1.283	73	6.204
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2026	<u>538</u>	<u>1.361</u>	<u>1.823</u>	<u>1.126</u>	<u>1.283</u>	<u>73</u>	<u>6.204</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(497)	(1.295)	(1.333)	(1.014)	(1.234)	(63)	(5.436)
Depreciação	(3)	(6)	(61)	(14)	(8)	-	(92)
Saldo em 31.03.2026	<u>(500)</u>	<u>(1.301)</u>	<u>(1.394)</u>	<u>(1.028)</u>	<u>(1.242)</u>	<u>(63)</u>	<u>(5.528)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	41	66	490	112	49	10	768
Saldo em 31.03.2026	38	60	429	98	41	10	676
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2025	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(485)	(1.292)	(1.089)	(1.011)	(1.199)	(8)	(5.084)
Depreciação	(3)	(6)	(60)	(13)	(10)	(2)	(94)
Saldo em 31.03.2025	(488)	(1.298)	(1.149)	(1.024)	(1.209)	(10)	(5.178)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	53	90	734	115	84	65	1.141
Saldo em 31.03.2025	50	84	674	102	74	63	1.047
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	16%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2025	1.985.175	10.454	1.995.629	46.753	2.042.382
Adições	11.701	-	11.701	6.706	18.407
Transferências/reclassificações	7.266	-	7.266	(7.266)	-
Outros (c)	13	76	89	93	182
Saldo em 31.03.2026	<u>2.004.155</u>	<u>10.530</u>	<u>2.014.685</u>	<u>46.286</u>	<u>2.060.971</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2025	(1.010.290)	(5.285)	(1.015.575)	-	(1.015.575)
Amortização	(34.407)	(332)	(34.739)	-	(34.739)
Saldo em 31.03.2026	<u>(1.044.697)</u>	<u>(5.617)</u>	<u>(1.050.314)</u>	<u>-</u>	<u>(1.050.314)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2025	974.885	5.169	980.054	46.753	1.026.807
Saldo em 31.03.2026	959.458	4.913	964.371	46.286	1.010.657
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	42%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2024	1.882.064	6.102	1.888.166	52.840	1.941.006
Adições	9.863	-	9.863	16.467	26.330
Saldo em 31.03.2025	1.891.927	6.102	1.898.029	69.307	1.967.336
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2024	(879.278)	(4.045)	(883.323)	-	(883.323)
Amortização	(30.866)	(409)	(31.275)	-	(31.275)
Saldo em 31.03.2025	(910.144)	(4.454)	(914.598)	-	(914.598)
<u>Alienações/baixas</u>					
Saldo em 31.12.2024	1.002.786	2.057	1.004.843	52.840	1.057.683
Saldo em 31.03.2025	981.783	1.648	983.431	69.307	1.052.738
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	42%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final da concessão.

(b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento.

(c) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.

(d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade complementou o montante de R\$973 (R\$2.333 em 31 de março de 2025) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao valor principal das dívidas, foi de 0,69% a.a. (em 2025 1,41% a.a.), do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade realizou o teste de *impairment* em conformidade com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando o valor justo como base de mensuração do valor recuperável.

Para isto, a Administração elaborou projeções de fluxos de caixa descontados, considerando a Unidade Geradora de Caixa (UGC) em operação em 31 de dezembro de 2025. As projeções foram preparadas com base em premissas classificadas em nível 3, uma vez que envolvem projeções internas da administração, não observáveis no mercado.

Os cálculos do valor justo e suas premissas subjacentes foram realizadas e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

Pelos resultados dos cálculos realizados não houve necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis da Sociedade.

A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2026, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2026	31.12.2025
12ª emissão - 1ª Série	300.000	IPCA + 6,78% a.a.	set-31	332.260	332.388
12ª emissão - 2ª Série	350.000	CDI + 2,15% a.a.	set-28	220.269	275.316
				552.529	607.704
			Custo de transação	(10.929)	(8.322)
			Total	541.600	599.382
			Circulante	86.976	104.638
			Não circulante	454.624	494.744
			Total	541.600	599.382

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	106.743	500.961	607.704	106.505	574.852	681.357
Juros e variações monetárias provisionados	15.850	5.349	21.199	17.896	7.604	25.500
Amortização de principal	(43.750)	-	(43.750)	-	-	-
Pagamento de juros	(32.624)	-	(32.624)	(33.964)	-	(33.964)
Transferência	43.750	(43.750)	-	43.750	(43.750)	-
	89.969	462.560	552.529	134.187	538.706	672.893
Custo de transação	(2.993)	(7.936)	(10.929)	(2.072)	(7.691)	(9.763)
Saldo final	86.976	454.624	541.600	132.115	531.015	663.130

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
12ª emissão - 1ª Série	15.01.2024	300.000	1.000	08.02.2024	300.000
12ª emissão - 2ª Série	15.01.2024	350.000	1.000	08.02.2024	350.000
		650.000			650.000

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2027	51.421
2028	127.281
2029	92.907
2030	95.378
Após 2030	95.573
	462.560

Garantias

A 12ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 12ª emissão de debêntures

Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da Sociedade, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da Sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Planalto Sul deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Planalto Sul possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Planalto Sul deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo \text{ Total} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Planalto Sul em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Notas Explicativas

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- Até 2025: $\leq 4,50$
- 2026 a 2027: $\leq 3,50$
- 2028 a 2029: $\leq 2,50$
- 2030: $\leq 2,00$
- 2031: $\leq 1,00$

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de março de 2026 e 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2026, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$11.321 (R\$16.168 em 31 de dezembro de 2025), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$2.376 (R\$2.928 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	7.614	6.104	13.718	7.089	1.186	8.275
Remensuração	50	-	50	150	-	150
Utilização (*)	(3.126)	-	(3.126)	(2.996)	-	(2.996)
Ajuste a valor presente - AVP	424	-	424	201	-	201
Transferência	315	(315)	-	100	(100)	-
	<u>5.277</u>	<u>5.789</u>	<u>11.066</u>	<u>4.544</u>	<u>1.086</u>	<u>5.630</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$2.084 (R\$1.997 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2027	1.049
2028	1.093
2029	1.258
2030	1.448
Após 2030	941
	5.789

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2026 são respectivamente R\$52 e R\$238 para Pis e Cofins (R\$49 e R\$228 respectivamente, em 31 de março de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2026 a taxa média é de 14,39% a.a. (11,77% a.a. em 31 de março de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2026 e 2025, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	7.066	8.070
Fluminense S.A. (a)	8	-
Litoral Sul S.A. (a)	925	941
Total do passivo circulante	7.999	9.011
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	269.335	260.580
Total do passivo não circulante	269.335	260.580

	<u>31.03.2026</u>		<u>31.03.2025</u>	
Passivos Circulante e Não Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	260.580	260.580	228.589	228.589
Juros provisionados	10.300	10.300	7.872	7.872
IR recuperar	(1.545)	(1.545)	(1.178)	(1.178)
Saldo final	269.335	269.335	235.283	235.283

<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.03.2025</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(10.300)	(7.872)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Total	(10.300)	(7.872)

<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.03.2025</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(4.156)	(2.000)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Litoral Sul S.A.	(2.792)	(1.311)
Total	(6.948)	(3.311)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de

Notas Explicativas

suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread*, respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. Em 09 de fevereiro de 2024, foram liquidadas as debêntures da 9ª, 10ª e 11ª emissão.

(c) Refere-se a reembolso de rateios da estrutura administrativa.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2026		31.12.2025	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	7.492	9.000	6.959
20.09.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	2.772	3.500	2.569
21.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	11.500	9.010	11.500	8.347
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	6.982	9.000	6.465
20.12.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	3.070	4.000	2.841
20.01.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	13.000	9.892	13.000	9.152
20.03.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.200	5.380	7.200	4.974
06.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.488	2.000	1.375
20.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.200	3.114	4.200	2.878
20.11.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	8.500	6.046	8.500	5.577
07.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	800	567	800	523
21.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	10.000	7.076	10.000	6.527
20.01.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.200	4.365	6.200	4.025
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.100	2.171	3.100	2.001
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.900	1.421	1.900	1.309
22.03.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.200	892	1.200	822
05.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.482	2.000	1.365
20.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	4.428	6.000	4.078
20.05.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	5.490	7.500	5.054
07.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.100	801	1.100	738
21.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.850	5.694	7.850	5.240
05.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.300	938	1.300	863
20.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.150	1.544	2.150	1.420
05.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	940	7.500	4.604
20.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.400	5.006	1.400	865
06.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.327	2.000	1.220
20.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.600	5.018	7.600	4.612
05.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	656	1.000	603
20.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	3.910	6.000	3.592
22.11.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	3.209	5.000	2.945
06.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.500	955	1.500	876
20.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	941	258	941	220
			155.941	113.394	155.941	104.639
				269.335		260.580

No decorrer do período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$473 (R\$499 em 31 de março de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$71 (R\$37 em 31 de março de 2025) relativos a diretoria da Sociedade e R\$402 (R\$462 em 31 de março de 2025) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual para o exercício de 2026 sem encargos em até R\$575 (R\$339 para o exercício de 2025).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela

Notas Explicativas

Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.139 e R\$909.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2026
Cíveis	592	1.990	(1.163)	(1.410)	-	9
Trabalhistas	261	261	(64)	(218)	-	240
Regulatórios	3.901	2.374	(2.557)	(87)	-	3.631
Total	4.754	4.625	(3.784)	(1.715)	-	3.880

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	238	273	(41)	(70)	2	402
Trabalhistas	385	308	(79)	(170)	1	445
Regulatórios	3.720	89	-	-	-	3.809
Total	4.343	670	(120)	(240)	3	4.656

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Conforme mencionado na nota nº 2, no dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Cíveis	9.863	8.711
Trabalhistas	1.397	1.351
Regulatórios	60.762	57.338
Total	72.022	67.400

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.726 (R\$3.972 em 31 de dezembro de 2025), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$321 (R\$321 em 31 de dezembro de 2025) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,49% a.a. em 31 de março de 2026 (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	16.336	29.167	45.503
Adições/Reversões	4.413	5.070	9.483
Utilizações	(2.990)	-	(2.990)
Ajuste a valor presente	371	486	857
Transferências	7.813	(7.813)	-
Saldo em 31.03.2026	25.943	26.910	52.853

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	26.664	26.841	53.505
Adições/Reversões	7.660	4.774	12.434
Utilizações	(11.849)	-	(11.849)
Ajuste a valor presente	476	495	971
Transferências	4.715	(4.715)	-
Saldo em 31.03.2025	27.666	27.395	55.061

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026 referentes às manutenções realizadas foram de R\$6.210 (R\$11.119 em 31 de março de 2025).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2026 é de R\$878.034 (R\$878.034 em 31 de dezembro de 2025), composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$849.584 (R\$849.584 em 31 de dezembro de 2025), que representa 1.656.659.368 ações.

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da Sociedade, por excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, onde o capital social subscrito reduz de R\$1.128.034 para R\$878.034 e o capital integralizado de R\$ 1.099.584 para R\$ 849.584 configurando uma redução de R\$250.000, mediante a absorção de parte dos prejuízos acumulados, sem restituição de capital ao acionista da Companhia e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social, mantendo-se portanto, inalterado o número de ações.

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior.

Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Receita de serviços prestados	79.899	79.020
Receita de serviços de construção	17.538	23.997
Outras receitas	1.123	297
Receita bruta	98.560	103.314
ISSQN	(3.995)	(3.951)
PIS	(526)	(515)
COFINS	(2.429)	(2.377)
Outras deduções	(57)	(78)
Receita líquida	91.553	96.393

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Custos:		
Com pessoal	(5.103)	(4.856)
Serviços de terceiros	(3.725)	(4.505)
Conservação	(2.325)	(2.235)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(74)	(115)
Consumo	(621)	(491)
Transportes	(642)	(755)
Verba de fiscalização	(1.276)	(1.221)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(118)	-
Seguros / Garantias	(656)	(587)
Provisão de manutenção em rodovias	(9.483)	(12.434)
Custos de serviços da construção	(17.538)	(23.997)
Depreciação / Amortização	(37.527)	(33.888)
Outros	(198)	(25)
Total	(79.286)	(85.109)

Notas Explicativas

	31.03.2026	31.03.2025
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(2.327)	(1.982)
Serviços de terceiros	(273)	(260)
Manutenção de bens e conservação	(179)	(320)
Consumo	(112)	(139)
Transportes	(16)	(22)
Seguros/Garantias	(2)	(2)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(841)	(550)
Comunicação e <i>marketing</i>	(18)	(22)
Indenizações à terceiros	(15)	(9)
Publicações legais	-	(159)
Depreciação / Amortização	(189)	(166)
Provisão para perdas esperadas	(2)	-
Outros	(175)	(193)
Total	(4.149)	(3.824)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	6.942	7.764
Créditos fiscais	194	123
Outras receitas	(118)	-
Total	7.018	7.887
	31.03.2026	31.03.2025
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(30.526)	(31.039)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.281)	(1.172)
Outras despesas	(835)	(613)
Total	(32.642)	(32.824)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de março de 2026 no valor de R\$31.499, o montante de R\$973 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento (R\$33.372 e R\$2.333 em 31 de março de 2025).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2026	31.03.2025
Total das adições de intangível e intangível em andamento (a)	18.589	26.330
Juros capitalizados - debêntures (a)	(973)	(2.333)
	17.616	23.997
Aquisição (adições)	(17.616)	(23.997)
Fornecedores	(1.272)	(3.420)
Obrigações fiscais	(515)	(279)
Contas a pagar - partes relacionadas	(704)	(32)
Cauções contratuais	(166)	325
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(20.273)	(27.403)
Fluxo de caixa intangível	(20.273)	(27.403)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(20.273)	(27.403)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Notas Explicativas

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção

(2.657)

(3.406)

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21. (b) Vide nota explicativa nº 10.

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	31.03.2026	31.03.2025
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(17.401)	(17.382)
Número de ações durante período	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0101)	(0,0101)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			31.03.2026		31.12.2025	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>						
Caixas e equivalentes de caixa	N/A	2	44.484	44.484	78.726	78.726
Aplicação Financeira	N/A	2	103.934	103.934	86.430	86.430
Contas a receber clientes	N/A	2	18.515	18.515	15.154	15.154
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	8.434	8.434	44.613	44.613
Outros Créditos	N/A	2	272	272	204	204
			175.639	175.639	225.127	225.127
<u>Passivo</u>						
Debêntures privada - partes relacionadas	N/A	2	269.335	269.335	260.580	260.580
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	7.999	7.999	9.011	9.011
Debêntures (a)	N/A	2	552.529	542.426	607.704	594.671
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	13.697	13.697	19.096	19.096
Outras contas a pagar	N/A	2	-	-	1.033	1.033
			843.560	833.457	897.424	884.391

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

Notas Explicativas

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,40%	13,00%	15,60%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(27.470)	(33.182)	(38.894)
Receita de aplicações financeiras	878	1.098	1.317
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(31.340)	(38.421)	(45.502)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(57.932)	(70.505)	(83.079)
IPCA	3,84%	4,80%	5,76%
Juros a incorrer - Debêntures	(35.529)	(38.877)	(42.224)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(35.529)	(38.877)	(42.224)
Juros a incorrer líquido no resultado	(93.461)	(109.382)	(125.303)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de março de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo

Notas Explicativas

os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.828 (R\$14.513 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., *Conectcar* Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e *Greenpass* Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em 31 de março de 2026 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$17.401 (R\$17.382 em 31 de março de 2025).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	14,39%	11.066	14.200	2.267	4.089	1.789	1.689	4.366
Partes relacionadas	1,15%	269.335	269.335	-	-	-	269.335	-
Debêntures - CDI (b)	16,42%	220.269	272.372	61.737	57.660	105.599	47.376	-
Debêntures - IPCA (b)	10,16%	332.260	444.261	14.832	11.663	39.766	321.475	56.525
Fornecedores e cauções contratuais		13.697	13.697	13.502	195	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		7.999	7.999	7.999	-	-	-	-
		854.626	1.021.864	100.337	73.607	147.154	639.875	60.891

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

Notas Explicativas

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	80.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	98.838

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2026 é de R\$201.397 (R\$257.782 em 31 de dezembro de 2025).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias referidas anteriormente incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no referido pronunciamento técnico e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Planalto Sul S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 09.325.109/0001-73, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio Negro, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Planalto Sul S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 09.325.109/0001-73, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio Negro, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação